

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é uma empresa pública com controle acionário do estado de São Paulo que desempenha o importante papel de desenvolver conhecimentos tecnológicos que são matéria-prima essencial para empresas e países gerarem produtos e serviços inovadores e assim alcançarem melhor desempenho econômico e obterem maior conforto e qualidade de vida para a sociedade.

O ano de 2019 foi um marco para o Instituto iniciar a construção de uma nova forma de atuar no mercado.

O modelo de negócio tradicional de desenvolver novas soluções tecnológicas e prestar serviços especializados de suporte técnico para empresas públicas e privadas continua sendo a atuação principal do Instituto. Embora o ano de 2019 tenha sido de pequeno crescimento econômico para o país, o Instituto apresentou aumento de 7% em sua receita com os clientes o que contribuiu diretamente para o alcance do resultado econômico positivo do ano.

Já o novo modelo de negócio em processo de implantação se baseia na abertura do campus do Instituto para receber empresas privadas e instituições parceiras que irão se instalar no próprio campus para operar seus desenvolvimentos e novos negócios de

tecnologia e inovação construindo pontes e conexões com os laboratórios e as competências já instaladas do IPT. Esse adensamento de atores e projetos contribuirá para a construção de um ecossistema de inovação em hardtech que coloca o Instituto como epicentro de uma nova onda de desenvolvimento de inovação na cidade.

Outras ações que estão em curso pela diretoria do Instituto voltam-se para a ampliação da efetividade das ações de gestão com o objetivo de diminuir os gastos administrativos, ampliar a produtividade, aumentar a agilidade de atendimento dos clientes, construir abordagem de comunicação ativa e efetiva com o mercado e a sociedade e informar com grande transparência as ações da instituição.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018						
(Em Milhares de Reais)						
ATIVO	Nota	2019		2018		
		2019	2018	2018	2017	
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.427	14.519			
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	12.805	11.818			
Contas a receber	5	8.242	8.889			
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		197	682			
Impostos antecipados e a recuperar	7	6.306	8.149			
Estoques		328	235			
Despesas pagas antecipadamente		170	126			
Depósitos compulsórios		160	133			
Outros valores a receber		70	69			
Total do Ativo Circulante		48.705	44.620			
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo		335	328			
Imobilizado	8	170.348	180.515			
Intangível	9	259	493			
Total do Ativo Não Circulante		170.942	181.336			
		219.647	225.956			
TOTAL DO ATIVO		219.647	225.956			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018						
(Em Milhares de Reais)						
		Nota	2019		2018	
			2019	2018	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Receita de serviços e produtos			70.831	68.664		
Subvenção econômica - GESF			84.622	89.764		
Subvenção econômica - Fomento			20.172	16.199		
Receita de doação de bens - Fomento	15		7.286	7.103		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			182.911	181.730		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados			(9.607)	(9.277)		
Devoluções e cancelamentos			(301)	(163)		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			173.003	172.290		
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	23a	(130.961)	(127.144)			
LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			42.042	45.146		
Gerais e administrativas	23b	(36.851)	(36.730)			
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE			(1.563)	(1.289)		
Serviços de terceiros			(9.169)	(9.107)		
Depreciações e amortizações			(1.715)	(1.613)		
Provisões diversas			19	(4.871)		
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas			1.954	1.635		
			(47.325)	(51.975)		
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO			(5.283)	(6.829)		
Receitas financeiras	22		7.919	1.737		
Despesas financeiras			(1.466)	(2.152)		
RESULTADO FINANCEIRO			6.453	(415)		
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			1.170	(7.244)		
Imposto de renda e contribuição social						
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			1.170	(7.244)		
* Por lote de mil ações do capital social final			0,04	(0,25)		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em Milhares de Reais)						
	Capital Social		Reserva de Lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
	2019	2018				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	286.177	9.382	264	51	(175.208)	120.667
Aumento de capital	51			(51)		
Recurso para aumento de capital				139		139
Prejuízo do exercício					(7.244)	(7.244)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	286.229	9.382	264	139	(182.452)	113.562
Aumento de capital	139			(139)		
Recurso para aumento de capital				1.601		1.601
IRPJ/CSLL Diferidos - C.M. 8200/91					(1.991)	(1.991)
Lucro do exercício					1.170	1.170
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	286.368	9.382	264	1.601	(183.273)	114.342

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE						
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018						
(Em Milhares de Reais)						
		Nota	2019		2018	
			2019	2018	2018	2017
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO						
Outros Resultados Abrangentes			1.170	(7.244)		
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.19	1.170	(7.244)			

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em Milhares de Reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: **(a)** executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; **(b)** dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; **(c)** formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; **(d)** colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; **(e)** celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; **(f)** prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; **(g)** explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; **(h)** requerer o registro de patentes; **(i)** ceder o uso de patentes e de outros direitos; **(j)** editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo e subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento do País.

O IPT, vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, aliando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflita suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrita. Neste sentido, em decorrência da Lei federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico e tecnológico da nação. Do apoio à construção civil à atuação em bionanotecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios, calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

2 PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis preparadas pelo IPT estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo, e vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/19 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 30/01/20.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do IPT no processo de aplicação das políticas contábeis não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do IPT e também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4 - Aplicações Financeiras - Créditos Vinculados

Aplicações financeiras de liquidez imediata, dos recursos recebidos das Agências de Fomento, estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida a conta de subvenção governamental-agência de fomento.

2.5 - Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado - São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem. Os rendimentos das aplicações financeiras relativos aos créditos vinculados são registrados em conta de "Subvenções Governamentais-Agências de Fomento".

Recebíveis - Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis do Instituto compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

2.6 - Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades do IPT, registradas pelo valor faturado, diminuído, depois de esgotados os recursos administrativos de cobrança, das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Dúvidosa.

O IPT constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrerem perdas adicionais significativas. Nota explicativa nº 5

2.7 - Estoques e demais ativos circulantes

Os estoques, representados substancialmente por materiais laboratoriais, produtos químicos e de proteção individual, foram registrados pelo seu valor de aquisição, deduzidos quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização. Os demais ativos circulantes estão demonstrados ao valor de custo ou de realização.

2.8 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, demonstradas na nota explicativa nº 8, não considerando o valor residual. Entende-se como vida-útil o período de tempo durante o qual a Entidade espera utilizar o ativo permanente, expectingo geração de benefícios econômicos, ou o quando se trata de indústria, número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo.

A estimativa da vida-útil do ativo é uma questão de julgamento baseado na experiência da entidade com "ativos semelhantes".

A prática utilizada é a de considerar, as taxas de Depreciação aceitas pela legislação tributária (prática do IPT), ou seja a taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte na produção de seus rendimentos.

O IPT como empresa Pública, tem em seu patrimônio bens que entraram através de Projetos de Fomento com finalidades específicas em inovação, pesquisa e desenvolvimento, serviços tecnológicos, desenvolvimento e apoio metrológico, informação e educação em tecnologia. Os Bens são construídos de forma a atender as necessidades especiais do IPT como empresa Prestadora de Serviços, e que ao final da vida útil estes Bens que não são considerados de "prateleira" serão destinados exclusivamente ao Fundo de Solidariedade do GESF.

2.9 - Intangível

Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. Nota explicativa nº 9

2.10 - Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01 (R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da apólice de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2019.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do Instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31/12/2019, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.11 - Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12 - Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Geral

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Para fins de demonstrações estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

2.13 - Parcelamentos Fiscais

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 14.

2.14 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

2.15 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado.

2.16 - Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em Milhares de Reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2019	2018	
			2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo do Exercício	1.170	(7.244)	
Despesas (Receitas) que não Afetam o Caixa:			
Depreciação/Amortização	21.147	20.362	
Reversão de perdas de créditos	(154)	(103)	
Reversão de provisão para perdas com imobilizado	(90)	—	
Valor residual do imobilizado baixado	80	1.445	
Subtotal	22.153	14.460	
Variações no Ativo Circulante			
(Aumento) Redução de Ativos			
Aplicações financeiras vinculadas	(987)	9.284	
Contas a receber	801	(391)	
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	485	159	
Impostos antecipados e a recuperar	1.843	1.496	
Estoques	(93)	11	
Despesas pagas antecipadamente	(44)	921	
Depósitos compulsórios	(27)	349	
Outros valores a receber	(1)	40	
Subtotal	1.977	11.869	
Variações no Passivo Circulante			
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	254	(835)	
Arrendamento Mercantil	840	—	
Salários a pagar e encargos a recolher	52	66	
Impostos e contribuições a recolher	73	(83)	
Adiantamento de clientes	(607)	(719)	
Obrigações a pagar - férias e encargos	229	(746)	
Subvenções governamentais - agências de fomento	1.867	(4.222)	
Outras obrigações	102	42	
Subtotal	2.810	(6.497)	
Caixa Líquida Gerada pelas Atividades Operacionais	26.940	19.832	
Atividades de Investimento			
Redução do realizável a longo prazo	(7)	95	
Aquisição de bens do imobilizado	(3.941)	(2.721)	
Doações recebidas em bens	(6.739)	(8.123)	
Adição de intangível	(56)	(67)	
Caixa Líquida Aplicada nas Atividades Operacionais	(10.743)	(10.816)	
Atividades de Financiamento			
Parcelamentos	(10.503)	(6.213)	
Outras exigibilidades	(711)	(1.487)	
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(676)	3.383	
Recurso para aumento de capital	1.601	88	
Caixa Líquida Aplicada nas Atividades de Financiamento	(10.289)	(4.229)	
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.908	4.787	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	14.519	9.732	
No final do exercício	20.427	14.519	
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.908	4.787	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Milhares de Reais - R\$)

exercício por conta dessas aplicações financeiras, são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômica-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

	2019	2018
Contas a Receber	8.855	9.656
Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	(613)	(767)
	8.242	8.889

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2019	2018
A vencer	7.534	7.938
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	529	929
De 31 a 60 dias	69	13
De 61 a 90 dias	79	1
De 91 a 180 dias	27	40
Há mais de 180 dias	617	735
	1.321	1.718
	8.855	9.656

Apesar do montante de vencidos há mais de 61 dias somarem R\$ 723, as perdas estimadas provisionadas são de R\$ 613 porque o critério para sua constituição, ocorre somente após esgotarem-se todos os recursos administrativos de cobrança.

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas à Receber", no Ativo Circulante detalhado abaixo:

	2019	2018
Clientes		
Diversos	6.231	5.545
Secretarias do Estado de São Paulo	1.087	2.418
Fundações, Autarquias, Institutos e Agências Reguladoras	849	910
Sociedades de Economia Mista	374	663
Órgãos Públicos	314	120
TOTAL	8.855	9.656

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

	2019	2018
COFINS a Compensar	616	562
PASEP a Compensar	138	158
Contribuição Social a Compensar	1.403	1.942
Imposto de Renda a Compensar	2.821	4.143
IRRF sobre Aplicações Financeiras	168	225
IRRF a Compensar	1.103	1.030
ISS a Recuperar	2	39
ICMS a Compensar	5	—
INSS a Compensar	50	50
	6.306	8.149

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou retidos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação		Custo		Depreciação		2019		2018	
	Depreciação	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido					
Terenos	—	37.283	—	37.283	37.283	37.283				
Edifícios e Benfeitorias	4%	92.776	(43.442)	49.334	51.851					
Máquinas e Equipamentos	10%	180.979	(133.059)	47.920	52.978					
Instalações	10%	17.415	(13.197)	4.218	5.356					
Equipamentos de T.I.	20%	13.147	(10.798)	2.349	2.125					
Instrumentos Diversos	10%	375	(353)	22	29					
Veículos	20%	3.468	(3.157)	311	426					
Móveis e Utensílios	10%	8.256	(6.033)	2.223	2.893					
Outras imobilizações		29.546	(7.220)	22.326	21.396					
Imobilizado em Andamento		3.527	—	3.527	5.728					
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos		1.795	(960)	835	—					
Redução ao Valor Recuperável		—	—	—	(90)					
Total do Imobilizado		388.567	(218.219)	170.348	180.515					

b) A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é demonstrada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Terenos	37.283	—	—	—	37.283
Edifícios	92.700	—	—	76	92.776
Máquinas Equipamentos	168.709	10.327	(347)	2.290	180.979
Instalações	17.406	25	(16)	—	17.415
Equipamentos de T.I.	12.155	1.125	(206)	73	13.147
Instrumentos Diversos	375	—	—	—	375
Veículos	3.480	6	(24)	6	3.468
Móveis e Utensílios	8.242	39	(25)	—	8.256
Outras Imobilizações	28.042	—	—	1.504	29.546
Imobilizações em Andamento	5.728	1.823	(59)	(3.965)	3.527
Direito de Uso - Máquinas e Equipamentos	—	1.795	—	—	1.795
Impairment	(90)	—	90	—	—
Total	374.030	15.140	(587)	(16)	388.567

c) Composição da depreciação

Descrição	31/12/2018	Depreciação	Doações	Transferências	Saldo em 30/12/2019
Edifícios	40.849	2.574	—	19	43.442
Máquinas Equipamentos	115.731	13.269	4.406	(347)	133.059
Instalações	12.050	1.164	—	(17)	13.197
Equipamentos de T.I.	10.030	913	51	(196)	10.798
Instrumentos Diversos	346	7	—	—	353
Veículos	3.054	127	—	(24)	3.157
Móveis e Utensílios	5.349	704	3	(23)	6.033
Outras Imobilizações	6.106	1.133	—	(19)	7.220
Direito de Uso Máquinas e Equipamentos	—	960	—	—	960
Total	193.515	20.851	4.460	(607)	218.219

d) Arrendamento Mercantil - NBC TG 06 (R3) - (IFRS 16)

O IPT analisou os contratos de prestação de serviços que possuem características de Arrendamento Mercantil, conforme conceitua a NBC TG 06 (R3), correlação com o IFRS 16.

Para determinar se um contrato constitui arrendamento, o IPT avaliou se os contratos mantidos identifica um ativo e se tem o direito de aproveitar todos os benefícios econômicos obtidos do uso desse ativo.

De acordo com a nova sistemática da norma, todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, contraprestação fixa e valor do ativo relevante, são reconhecidos no Balanço Patrimonial do arrendatário, sendo registrado um ativo de direito de uso e um passivo para pagamentos futuros, ambos a valor presente.

Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de custos/despesas de serviços de que passará a ser reconhecida como depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos.

9. INTANGÍVEL

	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização	2019	2018
Marcas e Patentes	10%	634	(576)	58	92
Licença de Uso de Softwares	20%	3.437	(3.236)	201	401
Total do Intangível		4.071	(3.812)	259	493

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2019	2018
ISS	332	298
PASEP e COFINS	545	578
IRRF - Terceiros e Funcionários	2.125	2.028
COFINS - Retenção	67	72
PASEP - Retenção	14	16
Outros	43	61
Total de Impostos e Contribuições a recolher	3.126	3.053
Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I.	2.058	5.660
	5.184	8.713

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social 1.170 (7.244)
O IPT alcançou lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$ 1.170, no qual representa 0,64% de rentabilidade sobre as receitas.

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício. Também determina que as provisões temporariamente inadmissíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados de R\$ 164.424 e base negativa de R\$ 141.199, respectivamente R\$ 153.298 e R\$ 130.074 em 2018. O imposto de renda e a contribuição social diferida sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente inadmissíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

12. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2019	2018
Fundação de Apoio ao IPT - FIPT	385	407
Agência Nacional de Petróleo	133	133
Outros	312	897
	830	1.437

13. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

	2019	2018
BNDES	122	161
FEHIDRO	1.801	702
FINEP	3.317	3.213
CNPQ	126	126
EMBRAPPI	50	50
Outros	9.278	8.575
	14.694	12.827

14. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o saldo do parcelamento estão demonstrados como segue:

	ISS	IPTU	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	13.366	1.430	14.796
Saldo em 31/12/2019	6.656	1.239	7.895

(a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento Incentivado-Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Os valores são atualizados pela variação da Selic, com vencimento final em outubro de 2027.

15. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AG. DE FOMENTO - CPC 7.

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades atinentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P.D&I, mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Nesta linha do Balanço Patrimonial estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a débito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsecamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina a respectiva contabilização diretamente como receita no resultado, na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciável), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a Companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem, no afã de ingressarem como ativo imobilizado, referidos bens são doados ao IPT, seguindo-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras Exigibilidades - Valores a Apropriar - Agências de Fomento, em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os quais, repese-se, não poderão ser registrados como uma Receita de Doação, de acordo com a Lei Federal nº 11.638/07. Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras Exigibilidades não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

16. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2019	2018
Trabalhistas (1)	9.632	10.231
Cíveis (1)	1.410	1.487
	11.042	11.718

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2019	2018
Trabalhistas	3.829	1.048
Cíveis	7.538	7.490
	11.367	8.538

17. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998. Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetua o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 02 de Setembro de 2019, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 139, de acordo com a AGO/AGE de 24/04/2019 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.636.758.001 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2020, foi aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 89.879 para Custeio, conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 17.244 de 10 de Janeiro de 2020.

20. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2019, existe cobertura de seguros contra incêndio, raios, explosão, implosão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2020.

RISCO	COBERTURA	VALOR EM RISCO
Compreensivo Empresarial - Riscos Operacionais	Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I.	R\$ 273.041
Responsabilidade Civil	Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações do IPT	R\$ 4.153
Responsabilidade Civil de Administradores - D&O	Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização	R\$ 20.000

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

☆ continuação

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 07 de Fevereiro de 2020, sem ressalvas, elaborado

de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2020

ELIANA GUARNIERI - Conselheira
LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA - Conselheiro
EDUARDO SOARES DE CAMARGO - Conselheiro
WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR - Conselheiro
DUILIO Malfati Junior - Conselheiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Vinicius de Souza
Presidente do Conselho

Américo Ceiki Sakamoto
Conselheiro
Benedito Marques Ballouk Filho
Conselheiro
Fernando José Gomes Landgraf
Conselheiro
Jefferson de Oliveira Gomes
Conselheiro

Luiz Antônio Meirelles da Silva
Conselheiro
Ros Mari Zenha
Conselheira
William Pereira Pinto
Conselheiro independente e
Coordenador do Comitê de Auditoria

DIRETORIA

JEFFERSON DE OLIVEIRA GOMES
Diretor Presidente

FLÁVIA GUTIERREZ MOTTA
Diretora Financeira e Administrativa

ZEHBOUR PANOSSIAN
Diretora de Inovação e Negócios

MÁRIO BOCCALINI JÚNIOR
Diretor de Operações

RODRIGO DE ARAUJO TEIXEIRA
Diretor IPT Open

FRANCISCO SOUTO OUTEDA
Contador - CRC 1SP154222/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas do

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPT
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos: Auditoria do período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 01 de fevereiro de 2019, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre

esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020

AudiLink
Auditores & Consultores

AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 "T" SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador - CRC/RS 040078/O-7 "T" SP

ipt
INSTITUTO DE
PESQUISAS
TECNOLÓGICAS

